

# A gravata, a imprensa e a democracia

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

O pitoresco, o exótico, o não convencional, o burlesco — tudo isso “é notícia”. Atrai leitores e ajuda, a seu modo, a ampliar a percepção da realidade. Mas pode servir também para desviar a atenção de problemas espinhosos e para destruir a imagem de pessoas e instituições.

A extraordinária cobertura que o “episódio da gravata” recebeu da nossa imprensa deixa muitos brasileiros perplexos. Afinal, o que desejam os jornais, rádios e televisões? Mostrar à opinião pública uma Assembleia Nacional Constituinte inepta, ociosa, entregue à discussão de frivolidades? Qual o propósito disto?

Ao contrário do que escreveram quase todos os comentaristas políticos, o debate travado em torno do regimento interno tinha um objetivo político muito importante e muito claro: forçar o “sistema de 64” — ainda hoje entrincheirado no Planalto, no PFL e no PDS — a entregar o poder às forças políticas consagra-

das pelo voto popular. Com efeito, se o regimento interno tivesse devolvido ao Legislativo o poder de legislar independentemente do Executivo (e isto quase foi conseguido), teríamos posto um ponto final na transcrição “lenta, gradual e segura” dos generais Golbery e Geisel e dado início a uma nova e promissora etapa da instrução de um Estado democrático. Nada disto chegou aos leitores. O que chegou foi um questionamento tolo: “Ah, então a dificuldade para aprovar o regimento interno foi a luta pelo poder?” Ora, o que na política não é luta pelo poder? Luta pelo poder, sim. Luta pelo poder, como condição prévia para substituir o modelo concentrador Campos-Delfim (em sua essência ainda vigente) por um modelo de desenvolvimento verdadeiramente voltado para o social; luta pelo poder, a fim de colocar os órgãos de segurança e as Forças Armadas no lugar que lhes corresponde em um regime democrático.

A mais superficial comparação

entre o destaque que esse importantíssimo debate parlamentar recebeu nos nossos órgãos de imprensa e o espaço, as “chamadas”, as fotografias, as pesquisas de arquivo, as entrevistas de repercussão e as manchetes que cobriram o “episódio da gravata” — um fato que durou cinco minutos e não chegou a alterar a rotina de trabalho da Casa — deixa muita gente perplexa. Perplexos estão sobretudo aqueles que durante os anos da ditadura lutaram (alguns até perderam sua vida, como o jornalista Wladimir Herzog) para construir um regime em que a imprensa fosse livre. Cabe perguntar: foi pra isso?

O juízo a respeito do que “é notícia” constitui prerrogativa inseparável do conceito de liberdade de imprensa. Nas democracias, é o jornalismo quem seleciona e decide o que vai para o papel, para o ar e para o vídeo. É o seu privilégio e o seu formidável poder. Mas esse poder constitui também um desafio à sua competência profissional, ao seu sen-

so ético, à sua consciência de cidadão.

Nossa imprensa — salvo exceções — não está se saindo bem desse desafio. Ou porque não entende o que está em jogo ou porque não quer, está selecionando mal o que está ocorrendo na Constituinte. Ninguém nessa Assembleia deseja que a imprensa fique lhe tecendo loas ou deixe de lhe fazer críticas. Não se trata disso. Mas a crítica que interessa ao país não é a que oculta as questões reais e serve apenas para gerar ceticismos e desesperanças.

Como nas democracias ninguém está acima das críticas, é preciso que a imprensa saiba que ela também está sendo severamente criticada por aqueles que estão preocupados hoje em impedir o retrocesso.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, 56, deputado federal por São Paulo e 1.º vice-líder do PT no Congresso constituinte. É advogado, professor na Fundação Getúlio Vargas (SP) e na PUC-SP.